

ABORDAGENS MODERNAS, PÓS-MODERNAS E SEUS DESDOBRAMENTOS SOBRE PRODUÇÃO TEÓRICA FEMINISTA

Andréa de Souza Túbero SILVA*

RESUMO: Este artigo propõe-se à refletir sobre diferentes perspectivas teóricas no campo das ciências humanas e sociais - decorrentes da crise de paradigmas, que por sua vez se traduzem em abordagens modernas e pós-modernas -, e os desdobramentos destas perspectivas sobre a produção teórica feminista.

PALAVRAS-CHAVE: Modernos, pós-modernos e Produção teórica Feminista.

*... não acredito que existam qualidades, valores, modos de vida especificamente femininos: seria admitir a existência de uma natureza feminina, quer dizer, aderir a um mito inventado pelos homens para prender as mulheres na sua condição de oprimidas. Não se trata para as mulheres de se afirmar como mulheres, mas de tornarem-se seres humanos na sua integralidade" (Simone de Beauvoir, *Tout compte fait*, 1972).*

O presente artigo pressupõe vários contratos de comunicação, entre mim e os autores referenciados no decorrer do texto. Todavia, o contrato de comunicação transversal que perpassa todos os demais refere-se à relação orientanda/orientadora.

Procuro, a partir deste texto, estabelecer um diálogo sobre minhas próprias contradições, incertezas e inquietudes relacionadas ao viver/ser mulher e, ao mesmo tempo, tentar pesquisar algo que, talvez,

* Doutoranda em Sociologia. Programa de Pós Graduação em Sociologia. Faculdade de Ciências e Letras, UNESP -14800 - 901 - Araraquara -SP Orientadora: Prof.a Dr.a Lucila Scavone.

possa estar inserido no campo denominado história(s) social(is) das mulheres, enquanto *objeto* de pesquisa. Somos ou não, sujeito/objeto de nossas pesquisas? Isso implica a “falta de objetividade”, ou nos aproxima mais do real? A suposta relação sujeito/objeto está definitivamente superada nas ciências humanas? Como lidar com emoções causadas pela leitura de um texto que vai ao encontro de minha própria percepção/sensibilidade intelectual e que, por sua vez, está concomitantemente ligada às minhas experiências individuais e batalhas quotidianas? Como “trabalhar” com textos cujas interpretações sobre a atual situação social das mulheres - contexto - nos parece pertinente, mas cuja trilha não nos convence de que “é por aqui!”?

Como as dificuldades são muitas, e talvez “escapem” ao viés acadêmico que o presente artigo exige, decidi que o melhor caminho - para tentar reconhecê-las e apresentá-las - seria o de pensar sobre as diferentes matrizes teórico-metodológicas que norteiam os debates feministas atuais. Para tanto, tomei como referência, além de outros, os textos utilizados no curso *Gênero, Família e Saúde*, ministrado pela Prof.a Dr.a Lucila Scavone em 1997, relacionados à minha problemática. Busco uma vereda, uma senda. Quero continuar a travessia.

Crítica à ciência “moderna”

Primeiramente, gostaria de observar que a preocupação em encontrar um caminho não é apenas minha. A maioria dos pesquisadores da “comunidade acadêmica” compartilhou - e ainda compartilha - a *crise de paradigmas* que, em meados dos anos 80, tomou conta das ciências de modo geral, trazendo à baila um debate sobre transição paradigmática e desdogmatização da ciência, fundamentado, sobretudo, na crítica à racionalidade científica (Scavone, 1996, p. 50).

Genericamente, trata-se de uma crítica/autocrítica aos quatro séculos de desenvolvimento da ciência moderna, responsável pelo progresso material atingido pelas sociedades avançadas e que,

paradoxalmente, não foi capaz de liquidar ou sequer minimizar as desigualdades sociais e as mazelas humanas delas decorrentes ¹:

Na maioria das vezes ela [a ciência moderna] tem funcionado como instrumento do poder, como aliada da opressão e coatora das liberdades humanas. Isto porque, sendo social, ela representa um processo social como tantos outros, sujeito às vicissitudes das formas de organização societária e aos percalços da influência dos produtores sobre o uso de seus produtos; apesar de seus ideais de neutralidade e objetividade, ideais que refletem a racionalidade do ser humano, a ciência está presa à contradição de ser uma produção do homem, de sua grandeza e de suas misérias. (Haguette, 1997, p.13)

No que diz respeito ao feminismo - cujas reflexões já ocupavam os espaços acadêmicos na década de 70 - ao mesmo tempo em que é influenciado pela *crise de paradigmas*, ele contribuiu/contribui muito para o questionamento do *percurso anterior*, sobretudo, através de seu engajamento na elaboração de análises que levaram/levarão(?) à transformação. O feminismo, enquanto movimento social, possui, a meu ver, a peculiaridade de pensar-se continuamente, par-em-par com a reflexão sobre a realidade social. Na academia, os estudos sobre as mulheres foram, e são ainda hoje, produzidos majoritariamente *por mulheres*, possivelmente, porque “o sujeito oprimido tende a buscar explicação para a causa de sua opressão” (Scavone, 1996, p.49). Neste sentido, é possível constatar a existência de uma articulação entre feminismo e ciência social.

A afirmação do caráter político da opressão das mulheres e a preocupação em superar os determinismos biológicos que explicariam esta opressão, presentes no movimento feminista dos anos 70, contribuíram para construir uma crítica das categorias conceituais até então utilizadas pelas ciências sociais na análise das desigualdades sexuais. Paralelamente, a discussão das

¹ A crise de paradigmas coincide, historicamente, com dois processos estreitamente relacionados: de um lado, o fim do período de expansão capitalista do pós-guerra e as mudanças introduzidas pelas políticas neoliberais; de outro, o colapso dos regimes burocráticos polarizados pela União Soviética.

questões relacionadas à sexualidade e à subjetividade, impregnada pela teoria psicanalítica lacaniana, sobretudo entre as feministas francesas, construía uma teoria feminista interessada no processo de criação da identidade do sujeito sexuado, postulando, na prática, a oposição antagônica entre os sexos. (Scavone, 1996, p. 51).

De antemão, antes de adentrar propriamente no desenvolvimento da reflexão crítica (e autocrítica) das categorias utilizadas pelas feministas - relações de gênero e relações sociais de sexo - cabe esclarecer qual a minha perspectiva em meio a essa "crise" enfrentada pelas ciências de maneira geral, em particular pelas ciências sociais, e seus desdobramentos (Löwy, 1998)². Conhecimento Moderno: Modernos e Pós-Modernos

Minha percepção sobre os desdobramentos dessa crise - ainda não superada - vai ao encontro do que Demo qualifica em seu trabalho como o *conhecimento moderno*. (Demo, 1997, p. 11)

No campo do *conhecimento moderno* encontram-se modernos e pós-modernos, com exceção do legado cartesiano - dito moderno - , mas que segundo Demo, é excluído porque já se encontra parcialmente superado. A adjetivação *moderno* diz respeito então à discussão atual em torno do conhecimento:

O que pode ser visualizado como novo é a perspectiva de que o conhecimento, em vez de produzir certezas, é marcadamente uma estratégia de as desmontar. Parece ser mais uma habilidade de lidar criativamente com a incerteza, com a qual convive dialeticamente. Já por isso é muito mais um processo interminável de desmonte, do que uma fábrica de produtos duradouros. Sua detergência, pois, não é somente um passo inicial, que toda nova teoria, por exemplo, implica, mas a própria razão maior de ser, porquanto cada nova teoria é feita, não para atingirmos algum porto seguro, mas para navegar em frente. O "porto

² Particularmente, creio que a crise de paradigmas nas ciências sociais está intrinsecamente ligada à descrença no materialismo histórico e dialético enquanto referencial teórico explicativo, para pensarmos o final do século XX, que se caracteriza, segundo Löwy, tanto pela globalização capitalista avançada, quanto pela multiplicação de retrocessos identitários e fetichismos nacionais mórbidos.

seguro" não é um lugar, como imaginou o positivismo das teses verificadas e definitivas, mas uma "utopia" (nãolugar). E a verdade, como diz *Habermas*, virou "pretensão de validade", nem mais, nem menos. A tarefa principal do conhecimento é, pelo menos até certo ponto, desfazer as verdades, para descongelar os entraves ao processo de questionamento e inovação. Se existe alguma coisa permanente em ciência, é a provisoriade de seus resultados, ou a perenidade do questionamento. (Demo, 1997, p.18).

Assim, poderíamos dizer que o *conhecimento moderno* é, sobretudo, produto da crítica às deformações da modernidade: crítica à aplicação cega da ciência para fins destrutivos, ou então questionáveis do ponto de vista ético - como por exemplo e respectivamente; os danos causados ao meio ambiente e os avanços no campo das tecnologias reprodutivas - e ao progresso econômico transformado em seu próprio objetivo.

Todavia, ao mesmo tempo que essa mudança de paradigmas resulta da crítica contundente à modernidade, paradoxalmente,

a marca questionadora direciona o conhecimento quase que exclusivamente para a inovação, em particular ao tornar-se a dinâmica central da economia competitiva. Esta inova para vender e lucrar mais, inclusive forçando o consumo através de produtos de vida curta. A maioria dos "novos modelos" (de automóveis, eletrodomésticos, roupas, etc.) não corresponde a necessidades humanas concretas, mas ao consumismo. (Demo, 1997, p.20).

... o ensaio anseia por descobrir essa relação sólida até o fim, onde por assim dizer em desespero, oferece a seguinte fórmula: a chave que conecta as principais características da sociedade pós-moderna - entre outras, a aceleração dos ciclos do estilo da moda, o crescente poder de publicidade e da mídia eletrônica, o advento da padronização universal, o neocolonialismo, a revolução verde - ao pastiche esquizóide da cultura pós-moderna é o apagamento do sentido da história. O nosso sistema social contemporâneo perdeu a

capacidade de conhecer o próprio passado, tendo começado a viver num "presente perpétuo" sem profundidade, sem definição de identidade segura ("Postmodernism and Consumer Society, 125). O ensaio não desenvolve o ponto mais central de como apreender ou teorizar sobre o que poderia vir a ser os aspectos oposicionais da cultura pós-moderna, as maneiras pelas quais a cultura pós moderna, ao mesmo tempo que dá uma muda expressão à pós-modernidade, poderia oferecer formas de resistir ou de sobreviver às suas tendências mais malignas. (Connor, 1989, p. 43).

Em seu (des)construto teórico, os pós-modernos incorporam esse "presente perpétuo" que, segundo Connor, é uma característica de "nosso sistema social contemporâneo", sobretudo, devido ao desprezo dos mesmos pela história - desprezo necessário à pretensa ruptura (negação). Como se houvesse somente uma história e/ou uma historiografia: a oficial, cronológica e evolutiva.

... A desconstrução está voltada para a resistência a qualquer forma de linguagem capaz de situar, antecipadamente, o que foi dito. Contra a tirania de significados transcendentais, a desconstrução instala outro domínio, plenamente secular, do pensamento ³. (Nestrovski., 1997, p.13).

Nesta mesma senda, os pós-modernos desconsideram, também, a materialidade da língua na discursividade: para que a língua signifique, há pois, a necessidade da história, porque os fatos reclamam sentidos. Os sentidos são atribuídos aos fatos, em virtude da relação entre o sujeito e a história (Orlandi, 1996, p.30).

Neste aspecto, Demo é primoroso ao esclarecer que:

Não existe nem um ponto zero, do qual fosse imaginável começar do começo, nem uma instância fora do espaço cultural que garantisse o conhecimento. Ele precisa garantir-se a si mesmo, geralmente por duas implicações

³ O artigo de Arthur Nestrovski, que intitula-se "Teoria Literária", refere-se aos trabalhos de Derrida.

correlatas: lógica da argumentação teórica, efetividade da intervenção prática. Conhecemos a partir do que já conhecemos, porque não sabemos interpretar sem pontos de partida já interpretados. Para partir, é mister um ponto de partida, mas este ponto é apenas condição da partida, não sua explicação. Este mesmo problema está afeto a outros movimentos marcantes do processo de conhecimento, como a *antimetodologia de Feyerabend*. É também metodologia. Ou seja, não é viável combater o método sem método. (Demo, 1997, p.22).

Acrescentaria ainda que, a ausência de método - “em nome do desejo de projetar e de produzir aquilo que não pode ser apreendido nem dominado pela representação ou pelo pensamento conceitual, o desejo que foi identificado por Jean-François Lyotard como *o impulso para o sublime*” (Connor, 1989, p. 24) - leva a sérios constrangimentos. Como exemplo, podemos citar o “trote” de Sokal, que satirizou os pós-modernos através de seu artigo *Transgredindo fronteiras: rumo a uma hermenêutica transformativa da gravidade quântica*, publicado na revista americana *Social Text*.

Nesse artigo (de 41 páginas, sendo apenas doze de texto, com 220 referências bibliográficas e 109 notas), Sokal diz que a existência de um mundo externo ao homem é um dogma imposto pela longa hegemonia pós-iluminista sobre o ponto de vista da intelectualidade ocidental. Endossa uma série de concepções de intelectuais genericamente considerados pós-modernos - dentre outros, Deleuze, Guattari, Derrida, Lacan, Lyotard - fundamentando-as com base na matemática e na física quântica. Sokal pretendia comprovar a possibilidade de superar os cânones matemáticos capitalistas, e propor uma física libertária, que por sua vez, teria conseqüências radicais para a ação política e cultural (Almeida, 1997, p.67).

Em seu segundo artigo, publicado na revista *Lingua Franca*, Sokal declara que fez uma experiência, cujo objetivo principal era verificar se uma revista norte-americana de primeira linha, voltada para estudos culturais, publicaria um artigo composto com absurdos, caso isto soasse bem e lisonjeasse os preconceitos ideológicos dos editores (Almeida, 1997, p.67).

Sokal, qualificou seu artigo como uma paródia, seu método como satírico, e o próprio texto como um pastiche. Num "Pós-escrito" que tentou publicar na *Social Text*, mas que, evidentemente, não foi aceito pelos co-editores da revista, acrescenta que empregou algumas estratégias já consolidadas no gênero: apelos à autoridade em vez da lógica, teorias especulativas travestidas como ciência estabelecida, analogias absurdas e até mesmo forçadas, retórica que soa bem mas cujo significado é ambíguo, e por fim a confusão entre o significado técnico e o vulgar das palavras em inglês. Sokal, numa performance mutante e esquizóide, ao fazer um bom texto na superfície, porém sem profundidade, reforça que em se tratando de pós-modernidade, o importante é o rizoma e não a raiz (Almeida, 1997, p.67).

Heis aqui, um outro ponto de discordância entre o que penso e o que propõem os teóricos pós-modernos. Penso que a construção do conhecimento científico, enquanto processo, necessita de pontos de partida através dos quais possamos buscar inspiração criativa para *explicações*, ou ainda *outras interpretações e alternativas* às injustiças e desigualdades sociais - de raça, sexo, etnia e classe - na configuração atual que o capitalismo assume. A este respeito, eu diria que as desigualdades e as injustiças sociais não se restringem exclusivamente a atual configuração do capitalismo - resultado de transformações relacionadas ao grande desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento - e nem mesmo apenas ao capitalismo.

É nesse sentido que a *história* e as *pesquisas historiográficas* são fundamentais, não devem, e nem podem ser descartadas: para que não percamos de vista que a opressão e a dominação são recorrentes na história da civilização. Cito como exemplos, a desigualdade de sexo e seus desdobramentos: o significado de ser mulher, de ser homem, a divisão sexual do trabalho. Em cada configuração histórica, em cada cultura, eles assumem contornos distintos e são as *pesquisas historiográficas* que nos permitem *conhecer* essas diferenças. Todavia, é a *historia* que não nos deixa esquecer e nos permite afirmar que as relações entre os gêneros foram e ainda são, apesar dos avanços, relações de dominação dos homens sobre as mulheres. É da constatação incômoda da permanência, apesar das mudanças, da realidade histórica que resiste ao conhecimento e à ação que se escondem - lançando-se ao sublime - os pós-modernos. Aqueles que

estão dispostos apenas a desestruturar e descentrar, sem qualquer perspectiva de reconstruir, não podem, definitivamente, suportar o fardo e o desafio imposto pelo (re)conhecimento histórico: há ainda a necessidade de transformação das/nas relações de produção e reprodução social. Isto porque, *voluntariamente*, os pós-modernos abriram mão da noção de totalidade, e sobretudo, da utopia (do não-lugar).

Os teóricos da pós-modernidade tomam a pretensão de ruptura com a modernidade como algo de fato consumado, proclamam uma nova era denominada pelos mesmos de pós-industrial - referendada na nova configuração espaço-temporal da organização do capitalismo - e descompromissadamente não oferecem sequer uma resposta coerente, ou uma alternativa, a essa nova configuração injusta e excludente. Sinto-me tentada a dizer: em alguns momentos penso se a noção de pós-modernidade não é uma mera justificativa para uma produção científica que optou pelo efêmero, pelo fragmentário, pela indeterminação (inclusive dos sujeitos), pela dispersão (afastamento), pelo estético em prejuízo do ético, pelo espetáculo.

Os teóricos pós-modernos reconhecem a alteridade, estimulam lutas sociais e culturais “específicas” mas, evitam a questão do poder global, da totalidade. Possuem um discurso antiteleológico porém, apresentam-se como portadores de uma teleologia do fim da história. Assim, assumem explicitamente uma aversão à alternativas de emancipação humano-universais (Almeida, 1997, p.70).

Devido a todos esses aspectos discutidos, considero a produção teórica pós-moderna como um aspecto superficial e, portanto, negativo do conhecimento moderno.

Qual seria então o aspecto positivo do conhecimento moderno? Esta resposta, evidentemente, será dada por mim em contraposição à concepção de pós-modernidade.

Os pós-modernos denunciam a razão como o principal agente de repressão responsável pelo *status quo*, e escolhem como vereda a apologia ao irracionalismo, à *desrazão*, qualificando este posicionamento como crítico. A noção de *ruptura* assume, assim, um sentido não-dialético, mas de apagamento, esquecimento, de negação da história. A concepção de *desconstrução* não vai além do ímpeto de desestruturar e descentrar “a si mesma apenas para produzir formas mais maleáveis de discurso

autoritativo” (Connor, 1989, p.24). O sujeito do pós-modernismo é um sujeito esquizóide, que se mantém num eterno contra-script em relação ao sujeito do Iluminismo. E por fim, os pós-modernos abriram mão da noção de verdade.

De outro lado, os modernos assumem a mesma crítica à modernidade mas, no entanto, preferem “não jogar a criança com a água do banho”, propondo uma releitura crítica do conceito clássico de razão. Em outros termos, propõem a *desconstrução* deste conceito em busca de um racionalismo novo, fundado numa nova razão, que não a instrumental, capaz de crítica e auto-crítica, a exemplo do que propõe Demo (1997, p.5). Sua noção de *ruptura* pressupõe que a mesma não se faz sem o passado. Romper a história é a maneira de continuar em busca de um futuro, cujo fim não está pré-determinado, mas vêm sendo (re)construído. Isto porque, leva-se em conta que, no movimento de romper para continuar, existe a resistência de identidades históricas que continuará a exigir o esforço da *desconstrução* para futuras transformações, bem como identidades históricas que talvez devam ser “poupadas” para que possamos seguir em frente.

O sujeito histórico nessa perspectiva, não se reduz simplesmente a sua posição sócio-econômica, a um conjunto de papéis sociais prescritos, e nem tampouco é pensado como “senhor de suas próprias ações”. Trata-se de um rompimento com a falsa dicotomia entre sujeitos e estruturas (Sader, 1988, p.45). O sujeito social - mesmo quando considerado enquanto indivíduo - (Carmo, 1997, p.3) é concebido no conjunto das relações socio-históricas - ou seja, na soma de forças de produção, de capitais, de formas de relações sociais - que cada indivíduo e cada geração encontra numa dada formação social e num momento histórico preciso (Séve, 1989, p.157-8).

Para os modernos, a verdade como utopia revela sua mensagem negativa em termos dialéticos, porque pode criticar qualquer realidade, uma vez que, diante dos ideais infinitos da utopia, está sempre aquém. “Sua força avassaladora, que move, por exemplo, os revolucionários, os visionários, os santos, reside precisamente em ser a energia irrealizável que fustiga sem cessar a história realizada ou em realização” (Demo, 1997, p18). A utopia, por definição, é irrealizável e, é exatamente neste sentido negativo que faz parte da realidade. “O conceito de *pretensão de*

validade” capta com vigor este horizonte dialético lógico e histórico. O questionamento nasce, ao lado de razões perceptíveis, por exemplo, na parcialidade da teoria, também da parcialidade da história concreta” (Demo, 1997, p.18).

Como exemplo, podemos pensar sobre as lutas por direitos civis e de emancipação feminina entre o final do século XIX e meados do século XX (Scavone, 1996, p.48). O pressuposto *fundamentado* historicamente era o da desigualdade entre homens e mulheres. A utopia era a “igualdade na diferença”. Desde então, muitos avanços vêm ocorrendo, devido ao contínuo questionamento das relações entre homens e mulheres não apenas relacionado ao espaço público, mas também ao espaço privado - luta pelo amplo acesso a contracepção, reivindicação da livre escolha da maternidade e separação efetiva entre sexualidade e reprodução (Scavone, p. 48, 1997). Todavia, os direitos adquiridos concretamente se são, de um lado conquistas marcantes, também significam uma “traição” da perfeição da utopia da “igualdade na diferença”, porque ela ainda não se realizou historicamente. Neste sentido, a conquista de direitos não pode ser “vendida” como única versão histórica possível, nem muito menos como um limite insuperável, simplesmente porque sendo uma “versão”, é também uma das interpretações possíveis. Esta percepção somada à utopia da “igualdade na diferença” nos permite outros questionamentos que por sua vez, possibilitaram/possibilitam a criação de novas utopias.

Em busca de um “ponto de equilíbrio”, a rota das discussões atuais parece apontar para uma perspectiva *histórico-estrutural* em que não se aceita uma história determinada - a exemplo do marxismo ortodoxo que permitia prever definitivamente o futuro - mas também não se vale da idéia de que o sujeito histórico faz a história que bem entende, uma vez que existem as “estruturas estruturadas” também.

Opera-se, assim, uma reinterpretação crítica do tempo histórico, que não consiste necessariamente na negação do tempo filosófico, em outros termos, teleológico, mas em sua relativização: o tempo é progressivo, mas é também pluridirecionado; é global e também múltiplo, nele coexistem a unidade e a diversidade.

Essa reinterpretação do tempo histórico decorre da constatação de que a realidade, além de complexa, é também imprecisa, e necessariamente não corresponde ao modelo teórico-analítico da realidade

A ciência é algo construído pela racionalidade humana, não é algo dado ou uma mera representação do real.

Outro aspecto interessante do conhecimento moderno é a valorização, sem precedentes, do saber pensar e do aprender a aprender, que para Demo, significa uma surpreendente retomada da visão socrática da maiêutica. Saber pensar implica, sobretudo, na capacidade crítica frente ao próprio saber que "sabe que pouco sabe" Essa é a marca da capacidade humana: a percepção de que não resolve tudo, porque ninguém é capaz de saber tudo. Ao contrário disto, a hipérbole da incompetência é imaginar tudo saber: a ignorância com base na arrogância. O mercado competitivo vive desta ignorância. Promete ao ser humano a abundância tecnicamente possível que é "politicamente arrancada da destruição da natureza e da degradação social" (Demo, 1997, p.35).

Assim, cabe aos profissionais ligados a (re)construção do conhecimento o dever da auto-crítica - uma vez que é o conhecimento quem imprime ao mercado a capacidade de inovar e de, conseqüentemente, reduzir empregos - e mais do que isso, o dever contrapor-se a este processo moderno de exclusão e discriminação, não através da arrogância/ignorância, mas através do apelo correto ao conhecimento - saber pensar/aprender - revelando finalmente que é capaz de apontar a ligação ética com a emancipação solidária.

Concluindo, o que considero positivo no conhecimento moderno, e o que também relaciono à postura teórico-metodológica daqueles que não descartam a modernidade, e menos ainda a história - os modernos - é o compromisso do *questionamento e desconstrução* com a *reconstrução* e a *utopia* de emancipação humano-universal.

a desconstrução tem sua razão de ser na reconstrução. Está é a razão histórica. Por isso, cabe reconstruir o passado e não jogá-lo fora. Também a proposta revolucionária, que busca mais que tudo uma ruptura radical, não se faz sem passado, mesmo porque é impossível apagar o passado. Se reprimido - diria a psicanálise - volta com tanto maior violência e inconsciente. A ruptura não é apenas a desconstrução das identidades históricas, mas a salvação daquelas que cabe levar em frente, de tal sorte que romper a história é a maneira de continuar, como quer a dialética

Tudo que sucede na história, por mais radical que possa ser, é histórico, ou seja, tem passado, e, por isso, pode ter futuro. (Demo, 1997, p.43).

As teóricas e o pensamento feminista

As feministas, ao repensarem as categorias de análise que vinham sendo utilizadas - condição feminina, papéis sexuais, patriarcado, sexismo, machismo - identificaram inúmeros problemas. Dentre eles, parece-me fundamental a percepção de que não podemos pensar a realidade histórico-social das mulheres de forma isolada, como se houvessem esferas separadas e um universo estritamente feminino, o que implica necessariamente a reprodução das dicotomias - homem/mulher, cultura/natureza, público/privado. Para pensarmos sobre a desigualdade entre homens e mulheres é preciso investigar as relações estabelecidas entre nós *protagonistas* e os "outros", as relações das protagonistas entre si, e inseridas em configurações histórico-sociais distintas.

Não me deterei aqui na reconstituição histórica dos conceitos e categorias utilizadas pelo movimento feminista durante sua trajetória - até chegarmos aos conceitos de relações de gênero e relações sociais de sexo - e incorporadas pelas ciências sociais. Esta discussão/reconstituição histórica é feita de forma primorosa por Scavone, e de certa maneira, reproduzida por mim em minha dissertação de mestrado. Portanto, para esta discussão específica remeto à Scavone (1996, p. 47).

Finalizando este artigo, gostaria apenas de explicitar, através de alguns exemplos, perspectivas feministas que incorporam referenciais modernos e pós-modernos e minhas impressões sobre os desdobramentos destes no interior do *pensamento feminista*. Neste sentido, faz-se necessário retomar de forma sistemática alguns elementos discutidos em tópicos anteriores para esclarecer ao leitor minha interpretação dos fatos.

Já na década de 70, as reflexões feministas ocupam os espaços acadêmicos. No entanto, é na década de 80 que os estudos feministas adquirem a almejada institucionalidade na academia, principalmente através da utilização estratégica da categoria gênero. Durante este processo

de institucionalização dos estudos feministas, em meio a crise de paradigmas, me parece que caímos numa armadilha/vício acadêmico, e incorremos no erro de dicotomizar ciência e ideologia política, tomando a ciência como verdade - pois os estudos sobre mulheres adquirem o status de ciência, ao menos formalmente -, e ideologia política como falseamento da realidade, porque necessariamente orientada e tendenciosa - no caso o próprio movimento feminista. Explico.

Scott (1990) ao apontar a dificuldade em transformar o termo *gênero*, cujo uso tem sido apenas descritivo⁴, em uma “categoria útil de análise histórica”, esclarece que seu emprego fazia parte de uma “estratégia” em busca de legitimidade institucional para os estudos feministas na década de 80. O termo *gênero* possui um caráter ambíguo, não implica necessariamente uma tomada de posição em relação à desigualdade ou ao poder, pois ele não designa a parte lesada. Inclui as mulheres mas sem nomear, não constituindo, assim, uma ameaça crítica.

Entretanto, essa perspectiva “estratégica” pode ser identificada anteriormente, no discurso feminista dos anos 70:

Penso que nós deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres, e que não deveríamos trabalhar somente sobre o sexo oprimido. assim como um historiador de classes não pode fixar seu olhar apenas sobre os camponeses. Nosso objetivo é compreender a importância dos sexos dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir o alcance dos *papéis sexuais* e do *simbolismo sexual* nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la. (Davis, Apud: Scott, 1990, p.5) (grifo meu)

Correndo o risco de ser ácida, desejo apontar alguns problemas nessa postura teórica “estratégica”, *aparentemente neutra e democrática*.

⁴ A palavra gênero é utilizada 1- no sentido de negar o determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou ainda “diferença sexual”; 2- enfatizar igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade, introduzindo uma noção relacional em nosso vocabulário de análise; e 3- com o objetivo de transformar os paradigmas no interior de cada disciplina - além de novos temas, o termo gênero imporia um exame crítico das premissas e dos critérios de trabalho científico existentes (inclusão das experiências pessoais e subjetivas, que implicariam uma nova história).

Cabe chamar a atenção para o fato de que pensar sobre a história dos homens não exige muito esforço investigativo... Ela é preponderante, recorrente, sobretudo, através da historiografia tradicional, e está aí para quem quiser se debruçar sobre o discurso masculino. Ele nos é muito familiar, aprendemos desde cedo em casa, na escola e na vida.

Em contraposição, nos interessar pela “história das mulheres” exige um grande esforço teórico investigativo - porque somos nós (ou elas) que temos (têm) sido a parte silenciosa da memória social, ausente dos manuais escolares e dos registros históricos (Alves, 1985, p.10) - e de desconstrução desse discurso masculino. Somente sob esta condição, a meu ver, faz sentido nos debruçarmos sobre a história dos homens, para desconstruí-la e construir um outro discurso.

Outrossim, esta postura revela um posicionamento político, ao afirmar as mulheres enquanto sujeitos históricos válidos.

Por fim, eu diria que aquela postura teórico-metodológica, tão pretensamente *objetiva no ato de conhecer*, implica negar os componentes subjetivos intrínsecos à relação sujeito-objeto e/ou sujeito/sujeito, ao rechaçar o engajamento e a opção político/ideológica do(a) pesquisador(a), tomando-os como perniciosos, desviantes. Trata-se da omissão de compromisso com a transformação social numa realidade desigual e discriminatória. Como não creio que haja pesquisa social descompromissada, essa omissão - mesmo estratégica - implica necessariamente a aceitação de um *status quo* (Haguette, 1997).

Deste modo, como um dos desdobramentos danosos da referida “estratégia feminista” - que inclui uma determinada utilização do termo gênero - em busca da legitimidade institucional, identifico algo que pode ser qualificado como a *perda de referenciais*. Investigar a realidade social das mulheres - cujo pressuposto é a desigualdade entre os sexos, sendo a utopia a igualdade - ainda é objeto de análise central da teoria feminista?

Uma resposta afirmativa a essa questão fica comprometida, e a impressão da perda de referências ratificada, quando analisamos por exemplo o texto de Laurentis, que ao mesmo tempo, adota uma perspectiva pós-moderna, e recupera o conceito de ideologia althusseriano para pensar o funcionamento do gênero. Segundo a referida autora, gênero não significaria o mesmo que sexo, mas uma representação de cada indivíduo em termos de uma relação social preexistente ao próprio indivíduo:

Ao afirmar que a ideologia representa “não o sistema de relações reais que governam a existência de indivíduos, e sim a relação imaginária daqueles indivíduos com as relações reais que vivem” e lhes governam a existência, Altusser estava também descrevendo, a meu ver, o funcionamento do gênero. (Laurentis, p.212, 1994).

Ao afirmar que ideologia e gênero funcionam do mesmo modo - numa perspectiva teórica altusseriana, como a de Laurentis - continuamos operando ao nível das estruturas, apesar de discursarmos o contrário, e não atingimos os microprocessos. Trabalhar ao nível dos sistemas ideológicos constituídos - ou sistemas simbólicos - significa, correlatamente, trabalhar com as oposições binárias expressas através das relações sociais estruturadas. Parece-me que giramos em círculos, num discurso “explicativo” das desigualdades, das hierarquias e da dominação, evidentemente respaldados pelas diferenças biológicas entre os sexos.

Minha impressão assume o caráter de evidência no próprio texto de Laurentis:

Pois, assim como a sexualidade e a subjetividade, o gênero se localiza na esfera privada da reprodução, procriação e família, e não na esfera pública, propriamente social da superestrutura, onde a ideologia se insere e é determinada pelas forças econômicas e pelas relações de produção. (Laurentis, p.212, 1994).

Considero também problemático utilizar o recorte analítico de espaço - público/privado - porque simplesmente reproduzimos a dicotomia das esferas separadas. Talvez fosse o caso, como já sugerimos no início deste trabalho, “atribuir ao tempo o estatuto de categoria epistemológica fundamental” (Kergoat, ?, p. 91), ou seja, utilizarmos a noção de configuração histórica.

Outrossim, uma vez afirmado que as relações de gênero entram em qualquer aspecto da experiência humana e fazem parte dela, como podemos restringir o gênero à esfera privada? O que dizer das mulheres que se inserem “positivamente” na esfera pública? Nesta perspectiva de análise isso continuará sendo considerado algo excepcional, e as mulheres continuarão relegadas à família.

Tomando como referência a experiência do movimento feminista, resultado não só dos debates teóricos, mas também de embates políticos, ratifico que adoto a perspectiva de que são as relações humanas, sociais e históricas que fundamentam e organizam a sociedade. Nesta perspectiva, as consciências adquirem forma e existência através dos signos criados por um grupo organizado no curso de suas *relações sociais*⁵. Portanto, a lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social.

Seria possível um avanço teórico-metodológico no sentido de apreender a interação social entre os sexos e intra-sexo, as ações e/ou práticas sexuadas⁶, e correlatamente, o que Bakhtin chama de *psicologia do corpo social*: o meio ambiente dos *atos de fala*, em que se encontram submersas todas as formas e aspectos da criação ideológica ininterrupta⁷?

Como? A abordagem teórica que mais se aproxima de minhas preocupações é a de Kergoat (?) em que o conceito de relações sociais de sexo leva a uma visão sexuada dos fundamentos e da organização da sociedade, ancorados materialmente na divisão sexual do trabalho. Segundo a referida autora, pensar em termos de divisão sexual do trabalho significa articular essa descrição do real com a reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar as atividades. “A divisão sexual do trabalho está no centro (no coração) do poder que os homens exercem sobre as mulheres” (Kergoat, ?, p.20).

Esta perspectiva procura pensar a realidade social das mulheres, mas não de forma fragmentada:

... deve, portanto, se integrar em uma análise global da sociedade, contribuir para fazê-la avançar (não se trata.

⁵ Poderíamos nos lembrar de Kant, que diz que a experiência é a substância, o conteúdo, para a razão, uma estrutura, uma forma vazia.

⁶ Diferentemente de “posicionalidades sexuais discursivas”, como sugere Laurentis (1994, p. 216)

⁷ As conversas de corredor, as trocas de opinião no teatro e no concerto, nas diferentes reuniões sociais, as trocas puramente fortuitas, o modo de reação verbal face às realidades da vida e aos acontecimentos do dia-a-dia, o discurso interior e a consciência auto-referente, a regulamentação social, etc. (Bakhtin, 1979, p.29)

evidentemente, de se integrar passivamente. o que seria mesmo impossível) e se articular aos outros elementos da dinâmica social (Kergoat, ? p.21).

Em seu aspecto descritivo, o conceito de relações sociais de sexo assemelha-se muito ao conceito de gênero. Entretanto, existem dois aspectos que, a meu ver, os diferenciam e que merecem atenção. O conceito utilizado pelas feministas francesas é o de relações sociais de sexo, em que sexo é efetivamente uma variável de relações sociais, enquanto que as feministas americanas esforçam -se em definir e trabalhar com a categoria gênero que se sobrepõe ao conceito de relações sociais.

O conceito de “relação” - social de sexo - possui a conotação de reciprocidade, enquanto que o termo gênero não permite, o que torna mais fácil esquecer os homens. No que concerne ao termo, gênero mantém inclusive, sua perspectiva de “neutralidade”.

Hollanda (1994), acha “curioso” que nas duas últimas décadas, exatamente num momento de prestígio do pluralismo neoliberal, em que se fala sobre o “fim da ideologia”, sobre a ineficácia dos discursos contestatórios, o pensamento feminista surge como novidade no universo acadêmico, e impõe-se como tendência teórica de forte potencial crítico e político. (Hollanda, 1994, p.7).

Trata de uma “curiosidade” que evidentemente pode ser discutida. Ainda que, nessas duas últimas décadas, o quadro de reflexão teórica das ciências humanas e sociais esteja marcado pela crise de paradigmas, *o pensamento feminista*, ao optar pela institucionalidade, talvez tenha se esquecido nesse percurso de que a mesma era “estratégica”, uma vez que o feminismo ainda era fundamentalmente uma ideologia política. Além disso, é ingenuidade crer que o pensamento feminista não tenha sido influenciado pela referida crise, e vice-versa. Tanto que, na atualidade, não é mais possível tratá-lo como “o pensamento feminista” dada a diversidade nos caminhos trilhados e suas conseqüências.

Em outros termos, as teorias feministas não escapam, incólumes, aos desdobramentos da crise em posturas ainda modernas e/ou pós-modernas. De minha parte, creio que devemos, sobretudo, refletir sobre mais uma dicotomia incorporada pela produção feminista através do já mencionado processo de institucionalização: a oposição entre ciência e ideologia, e suas conseqüências. Tal oposição, nos remete a uma postura

pretensamente neutra e objetivista, devidamente criticada em parágrafos anteriores, que negligencia a própria relação entre pesquisador(a) e objeto/sujeito de estudo. Despojando-nos de uma postura crítica e político-ideológica frente as nossas pesquisas, colocamos em xeque o compromisso com a transformação social e nossa própria identidade: "o sujeito oprimido tende a buscar explicação para a causa de sua opressão" (Scavone, 1996, p.49).

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, J. O trote de Sokal nos pós-modernistas. *Teoria e Debate* (São Paulo), v. 10, n.36, 1997.
- ALVES, B. M. et al. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BAKHTIN, M. A interação verbal. In: _____. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- CARMO, S. I. S do. Sujeito do discurso e sujeito social: uma abordagem interdisciplinar. Faculdade de Ciências e Letras, 1997. (mimeo)
- CONNOR, S. *Cultura pós-moderna: - introdução às teorias do contemporâneo*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- DEMO, P. *Conhecimento moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HOLLANDA, H. B. de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. IN: LOPES (org). *Gênero e Saúde*, Artes Médicas, PA, 1996. p.19-27p
- KERGOAT, D. Em defesa de uma sociologia das relações sociais/ Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. IN: _____ *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.79-93.
- LAURENTIS, T. de. A tecnologia do gênero. IN: HOLLANDA, H. B. de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

- LÖWY, M. Por um marxismo crítico. Em *Tempo* (São Paulo), n.294, 1998.
- NESTROVSKI, A. Teoria Literária. *Folha de São Paulo* (São Paulo), 1997. Caderno Mais! p.13,
- ORLANDI, E. P. Exterioridade e Ideologia. IN: KANAVILLIL, Rajagopalan (org.). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, n. 30, p.1-116, 1996.
- ROUANET, S. P. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SCAVONE, L. (Org.). *Tecnologias reprodutivas: gênero e ciência*. São Paulo: EDUNESP, 1996.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. v.16, p. 5-22, 1990.
- SÈVE, L. A personalidade em gestação. IN: SILVEIRA, P. et. al. *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. São Paulo: Vértice, 1989.

Bibliografia consultada

- CHODOROW, N. Estrutura familiar e personalidade feminina. In: ROSALDO, M. Z., LAMPHERE, L. (Org.). *Mulher, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 65-140.
- FLAX, J. Pós-Modernismo e Relações de Gênero na Teoria Feminista. In: HOLLANDA, H. B. e de (Org.). *Pós-Modernismo e Política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 217-250
- LYOTARD, J. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1988.
- OLIVEIRA, E. M. de; SCAVONE, L. (Org.) *Trabalho, Saúde e Gênero na era da Globalização*. Goiânia: AB, 1997.
- ORTNER, S. B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, M. Z., LAMPHERE, L. (Org.). *Mulher, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 95-120.

- SARTI, C. A. Família e individualismo: um problema moderno. IN: CARVALHO, M. do C. B. de (Org.) *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC, 1995.
- SCOTT, J. História das Mulheres. In: BURKE, P. (Org.) *A Escrita da História*. São Paulo: Edunesp, 1992. p. 63-96
- STEPAN, N. L. Raça e gênero: o papel da analogia na ciência. IN: HOLLANDA, H. B. de (Org.) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.